



A embolada elétrica no Ceará: a eletrificação conduzida por Celso Furtado na SUDENE e a interferência dos Estados Unidos (1959-1964)

The electric "embolada" in Ceará: the electrification guided by Celso Furtado at SUDENE and the United States of America interference (1959-1964)

Amanda Walter Caporrino¹

RESUMO: O artigo apresenta um estudo sobre o plano de eletrificação elaborado por Celso Furtado na coordenação da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre 1959 e 1964. A pesquisa é baseada em documentação produzida pelo órgão público no período e enfoca as especificidades do caso cearense visando evidenciar os tipos de embates travados durante a expansão do setor elétrico nordestino na época, em grande parte relacionados às disputas políticas e aos interesses dos Estados Unidos na região.

Palavras-chave: Celso Furtado. SUDENE. Energia elétrica.

ABSTRACT: The article presents a study about the Celso Furtado's electrification plan during coordination of the Superintendência Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) between 1959 and 1964. The research is based upon documents produced by the public agency at the period and focus over the case of Ceará to evidence the types of clashes in northeastern electricity sector development, largely related to political disputes and the United States of America interests in the region.

Keywords: Celso Furtado. SUDENE. Electric power.

¹ Mestre e doutoranda pelo Programa de História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). Atua como historiadora na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (UPPH-CONDEPHAAT). Email: amandacaporrino@usp.br



1. Introdução

Para a cultura popular brasileira, a embolada é um gênero poético-musical nordestino que geralmente se manifesta como um desafio ritmado entre dois repentistas, sendo bastante expressivo na Paraíba, onde nasceu Celso Furtado. A palavra também adjetiva um embate corporal ou debate intenso, sendo também usada como sinônimo de embaraçada, confusa ou amontoada. Seja qual for o sentido, o termo serve para caracterizar a expansão do setor elétrico que ocorreu no Nordeste brasileiro entre o final dos anos 1950 e meados da década de 1960.

Nesse período, Furtado concentrou seus esforços nas questões nordestinas. Com o respaldo de Juscelino Kubitschek, idealizou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão criado em 1959 e coordenado por ele até 1964. Nesse ínterim, foi o primeiro Ministro de Planejamento do Brasil (1962-1964), no governo de João Goulart, liderando a equipe responsável pela elaboração do Plano Trienal (1963). Em pauta, estavam os problemas de infraestrutura que entravavam o desenvolvimento socioeconômico da região, com destaque para os gargalos na oferta de energia elétrica.

No decorrer da primeira metade do século XX, o setor elétrico brasileiro esteve nas mãos de multinacionais prestadoras de serviços públicos, mais especificamente a canadense The Brazilian Traction, Light & Power (Light) – atuante nas capitais fluminense e paulista – e a estadunidense American & Foreign Power Company (AMFORP) – detentora de concessões em várias cidades brasileiras. Mesmo com o cerco legal e político marcado pelo Código de Águas (1934) e pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939), as duas empresas foram responsáveis por gerar aproximadamente 70% da energia elétrica no país no período (Saes; Sasse, 2012, p. 113).

No Nordeste, a AMFORP detinha concessões em Recife, Salvador, Natal e Maceió, permanecendo o restante da região no escuro ou sob o jugo de pequenas companhias municipais e particulares. Predominavam “as pequenas instalações termelétricas que, em decorrência do ciclo vicioso – tarifa elevada e mercado consumidor reduzido – não se podiam beneficiar tampouco duma economia de escala” (SUDENE, 1966, p. 71).

Em meados dos anos 1950, as disparidades no setor elétrico brasileiro impulsionaram a intervenção estatal direta por meio de empresas públicas, contexto no



qual se deu o fortalecimento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), instituída em 1945. Em sequência, estabeleceu-se o denominado “pacto de clivagem”² e a estatização dos serviços de energia, iniciada com a criação da empresa Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), em 1961. Somaram-se a esses fatores a saída definitiva da AMFORP, em 1964, e a gradual encampação da Light nas décadas seguintes.

Consolidando propostas de Furtado, os dois primeiros planos diretores da SUDENE (1961-1963 e 1963-1965) centralizaram na CHESF as ações de eletrificação na região. O segundo plano, entretanto, contou com uma alocação maior de recursos em moeda estrangeira oriundos de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), relacionada à atuação da Aliança para o Progresso³, sendo esse um provável reflexo do que se processava no contexto mais amplo de inserção do Nordeste brasileiro no radar da política externa norte-americana na época.

O presente estudo reúne levantamentos relacionados ao projeto de doutorado *Entre choques de interesses: a AMFORP e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro (1930-1964)*, em andamento no Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). As considerações apresentadas baseiam-se em obras furtadianas e em documentação produzida pela SUDENE no período, enfocando as especificidades da eletrificação cearense com o objetivo de evidenciar os tipos de embates com os quais lidou Celso Furtado à frente do principal órgão desenvolvimento regional do Brasil.

² O conceito de “pacto de clivagem” explicaria essa tendência de divisão do setor elétrico entre geração, transmissão e distribuição (Castro, 1985). A intervenção do Estado priorizou investimentos na geração de energia, com a construção de usinas hidrelétricas em regiões estratégicas, o que foi positivo para as empresas privadas já que não precisariam mobilizar quantidades elevadas de capital, podendo assim dedicar-se à parte mais rentável da cadeia do setor elétrico: a distribuição.

³ A Aliança para o Progresso foi um programa de assistência ao desenvolvimento da América Latina formalizado entre os Estados Unidos e 22 outras nações latino-americanas mediante a Carta de Punta del Este, assinada em 1961. Pelo acordo, os países assistidos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos, cabendo o restante aos EUA. A administração dos fundos norte-americanos competia, em grande parte, à United States Agency for International Development (USAID) ou Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (FGV-CPDOC). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/>>. Acessado em: 30 jul. 2021.



2. O Plano de Eletrificação nos dois primeiros planos diretores da SUDENE

A grande seca de 1958 no Nordeste direcionou os holofotes do mundo para os problemas socioeconômicos que se agravavam na região, cobrando do governo Kubitschek uma atuação mais efetiva. No contexto, estavam “em xeque” as ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), da Comissão do Vale do São Francisco e do Banco do Nordeste, já abaladas por denúncias de malversação de recursos e práticas fraudulentas. A situação exacerbou-se com a vitória da oposição em governos estratégicos e com mobilização popular desencadeada pelas Ligas Camponesas. (Vieira, 2004, p. 04).⁴

Naquele ano, ao renunciar ao seu cargo na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Celso Furtado assumiu uma das diretorias voltadas para as questões nordestinas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), passando a intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a convite de Kubitschek (Furtado, 1989, p.37). No ano seguinte, o diagnóstico e o plano de ação consolidados em *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* e *A Operação Nordeste* foram apresentados ao presidente, repercutindo na instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) sob a direção de Furtado.

Ainda em 1958, a demanda por um órgão com maior poder de atuação originou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada após difícil tramitação do anteprojeto de lei no Congresso Nacional pela resistência à nomeação de Furtado como superintendente.⁵ O texto legal definiu a SUDENE como uma agência de desenvolvimento regional, incumbida de planejar e coordenar os programas sociais e econômicos de interesse nordestino, centralizando os investimentos federais na região.

⁴ Em 1958, Miguel Arraes elegeu-se prefeito de Recife (apoiado pelo PTB, PCB e PSB) e Juracy Magalhães governador da Bahia (coalizão UDN, PST, PSB). Em Pernambuco, foi eleito o usineiro e industrial Cid Sampaio (UDN), com apoio do Partido Comunista e das Ligas Camponesas. (Vieira, 2004, p. 04).

⁵ O anteprojeto de lei de criação da SUDENE “teve difícil tramitação no Congresso devido a resistências à nomeação de Furtado para dirigir o órgão, cargo que deveria, na visão de alguns líderes nordestinos, ser ocupado por um elemento dos grupos políticos dominantes na região, e não por um técnico. Temendo ainda que a SUDENE promovesse reformas estruturais profundas, capazes de alterar o quadro de poder, diversos parlamentares procuraram modificar o plano de modo a preservar suas tradicionais áreas de influência política” (Guido, 2009).



Posse de Celso Furtado como Superintendente da SUDENE, em 15/12/1959. Imagem disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/uma-operacao-nordeste-contra-a-pobreza>>. Acessado em: 30/07/2021.

O esforço inicial concentrou-se em organizar os propósitos da SUDENE no I Plano Diretor (1961-1963), cujo objetivo principal foi, nas palavras de Furtado:

Apresentar um conjunto orgânico de diretrizes de política econômica, que possam servir de base a um esforço progressivo de ordenação dos investimentos do Governo Federal, no Nordeste. A análise esboçada indica, claramente, que o Poder Público desempenha o principal papel no processo de formação de capital, cabendo-lhe a liderança do desenvolvimento econômico regional. (...) A estrutura do presente plano assenta, em boa medida, no diagnóstico dos problemas da economia nordestina formulado pelo antigo CODENO e aprovado pelo Governo, como elementos de “Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Continuando no esforço de penetração da realidade nordestina, foi possível completar aquele diagnóstico, incorporando elementos que daquela primeira perspectiva não haviam sido percebidos com nitidez suficiente. Contudo o esboço agora apresentado ainda tem muito de preliminar (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Antes de ser aprovado, o plano foi questionado por governadores nordestinos e membros do Conselho Deliberativo da SUDENE. Na reunião de 04 de maio de 1960, o Conselheiro Aluísio Afonso Campos (representante do Banco do Brasil S.A.) propôs o rápido encaminhamento do texto em razão dos prazos orçamentários, gerando debates que evidenciaram tensões e interesses envolvidos, como demonstra o pronunciamento do então Conselheiro Gilberto Freyre, representante do Ministério de Educação e Cultura:

O Conselheiro Gilberto Freyre diz que votará pela proposta do Conselheiro Aluísio Campos tão somente para efeito da incorporação do Plano Diretor elaborado pela SUDENE no Orçamento da República. Mas, não se encontrando na situação dos que desconhecem inteiramente o Plano e sim, na de um Adão depois de ter pecado pela curiosidade, deve esclarecer haver tomado contato através de rápida leitura com alguns dos documentos do referido Plano, entre os quais, constam conceitos de filosofia social, dos quais, discorda e, alguns dos quais, ao



seu ver, não deveriam constar no mesmo Plano Diretor. Sendo assim, votaria sem restrições, se estivesse em estado de completa inocência, com relação ao mesmo plano (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Em seguida, a proposta do Conselheiro Aluísio Campos foi à votação, sendo a mesma aprovada por maioria dos presentes. O plano consolidava a compreensão de Furtado sobre a região e o papel da SUDENE:

O Nordeste, zona de antiga colonização, continua a ser uma das menos conhecidas no Brasil. Sua base de recursos naturais apenas foi vislumbrada. Sua estrutura econômica ainda não foi devidamente analisada. Com certeza, apenas sabemos que a região abriga um terço da população do Brasil e que grande parte dessa população sobrevive em condições precaríssimas. Também podemos dizer como certo que, no nível da técnica moderna, a região apresenta possibilidades de desenvolvimento e a miséria de sua população não reflete atitude fatalista ou inaptidão ingênita para o progresso. Por último, devemos reconhecer que somente a ação do Poder Público poderá liderar um movimento visando incorporar o Nordeste, em prazo não muito dilatado, na corrente do desenvolvimento nacional. (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Considerado o maior representante da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil, a obra de Furtado no período expressa as três características que singularizam o conteúdo político dessa vertente: uma defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento, mediante planejamento e investimentos em setores estratégicos, aceitando-se a contribuição do capital estrangeiro, desde que limitada a setores não estratégicos e submetida a controles; a defesa estruturalista de submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento e um compromisso com reformas de cunho social. A SUDENE trazia no bojo tais fundamentos, podendo ser considerada um exemplo concreto do que Bielschowsky observou sobre Furtado:

Seu fôlego inesgotável e sua admirável capacidade de combinar criação intelectual e esforço executivo, assim como sua habilidade e sendo de oportunidade para abrir espaço às tarefas desenvolvimentistas que propagava, explicam a enorme liderança que exerceu entre os economistas da época. (...) O trabalho intelectual de Furtado, no período que vai até 1964, corresponde a um criativo exercício de refinamento, aplicação e divulgação do pensamento estruturalista. (Bielschowsky, 2000, p. 132).



Ancorado, assim, nos preceitos do desenvolvimentismo nacionalista a partir do setor público, o propósito da SUDENE refletia a “ideologia da industrialização planejada como solução histórica para o atraso da economia e da sociedade brasileiras” (Bielschowsky, 2000, p. 128). Não por acaso os objetivos do I Plano Diretor preconizaram a infraestrutura necessária à industrialização nordestina, como enfatizou o próprio Furtado no segundo item das diretrizes iniciais: “Reconhecimento da necessidade de dar maior dinamismo aos investimentos no setor da energia elétrica, ao qual cabe papel pioneiro no desenvolvimento regional” (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Esse entendimento acompanhava a tendência de um contexto mais amplo, visto que o setor elétrico justamente se encontrava às voltas com o Plano Nacional de Eletrificação (1954) e o Plano de Metas (1956-1961).⁶ O problema da oferta de energia elétrica constituía, portanto, uma das principais cartas no “jogo” do planejamento, conforme registrou o I Plano Diretor da SUDENE: “Levando-se em conta o fato comprovado que a disponibilidade de eletricidade é pré-requisito para o desenvolvimento econômico, infere-se quanto a economia no Nordeste vem sendo tolhida pela escassa oferta desse serviço básico” (SUDENE, 1966a, p. 69).

Em *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (1959), a eletrificação já aparece como componente fundamental do plano de ação que se delineava (item 4. Solução para o problema da oferta de energia elétrica). O documento apontara que a oferta existente em boa parte do território nordestino deveu-se à atuação da CHESF

⁶ Segundo Lorenzo (2001-2002, p. 154), o Plano Nacional de Eletrificação (1954) foi proposto originariamente por Vargas, apontando-se a necessidade de integrar regiões elétricas por meio de sistemas de transmissão e estimando o volume dos recursos necessários ao investimento. Incluía a composição de um Fundo Nacional de Eletricidade e a criação da Eletrobrás (à semelhança da Petrobrás), prevendo forte articulação com os produtores nacionais de bens e equipamentos elétricos. Pressões de várias origens – principalmente das concessionárias estrangeiras – impediram que o plano fosse aprovado na forma proposta, sendo mantida somente a criação do Fundo Federal de Eletricidade (FFE) com recursos provenientes de um Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), criado em 1955. Tais recursos foram administrados pelo BNDE que, junto com o Departamento Nacional de Água e Energia (DNAE), tornou-se o principal mentor e financiador dos planos de expansão do setor elétrico (Lorenzo, 2001-2002, p. 154). Já o Plano de Metas de Kubitschek previa investimentos em cinco áreas distintas (energia, saúde, transporte, alimentação, educação e indústrias de base), sendo 71,3% dos recursos direcionados para setores de infraestrutura estratégicos para o desenvolvimento urbano e industrial do país (Saes; Sasse, 2012, p. 128).



nos anos anteriores, o que constituía um fator importante a ser considerado no planejamento regional, ressaltando:

Sem embargo, importantes áreas do Nordeste – em particular os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte – continuam à espera de solução para o angustiante problema da oferta de energia. Os reajustamentos cambiais recentes, que vieram colocar em bases mais realistas os custos dos combustíveis líquidos, afetaram seriamente aquelas regiões, dependentes que são de uma oferta local de energia de fonte térmica, gerada em unidades de dimensões antieconômicas. Muitas das indústrias localizadas ali, que conseguiram sobreviver às vicissitudes do último decênio, estão agora seriamente ameaçadas, em sua capacidade competitiva, por um custo de energia que, em muitos casos, chega a ser cinco vezes mais elevado que o pago diretamente a Paulo Afonso, em outras regiões nordestinas (GTDN, 1967, p. 87-88).

Segundo o diagnóstico de 1959, era urgente o problema de oferta de energia no Ceará e no Rio Grande do Norte, particularmente na costa cearense, onde se justificava uma unidade termelétrica e, possivelmente, uma atômica. Para o equacionamento da solução, sugeriu-se a composição de uma equipe de trabalho com representantes do Grupo de Desenvolvimento do Nordeste, do Banco do Nordeste, da CHESF e governos estaduais interessados (GTDN, 1967, p. 87-88).

Criada por lei em 1945 e efetivada três anos depois, a CHESF tinha por finalidade o aproveitamento do potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso no trecho do rio São Francisco entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL). Para tanto, foi-lhe atribuída a prerrogativa de fornecer energia em alta tensão aos concessionários de serviços públicos do Nordeste e distribuir eletricidade na região pelo prazo de 50 anos. A abrangência inicial recaía o Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Em 1954, entrou em operação a Usina Paulo Afonso I, a primeira grande hidrelétrica construída no rio São Francisco e primeiro grande investimento estatal no setor elétrico (Araujo, 2016).

No I Plano Diretor da SUDENE (1961-1963), a criação da CHESF foi considerada uma medida de grande alcance do governo federal para a solução do problema de eletricidade no Nordeste. Os dados apresentados evidenciam que geração de energia saltou de 277 para 754 milhões de kWh entre 1954 e 1959 nos principais mercados de eletricidade existentes no Nordeste integrados ao sistema único da CHESF (Recife,



Salvador, Maceió, Aracaju, João Pessoa e Campina Grande). Concluía-se que, além de beneficiar a região, a implantação da companhia serviu para demonstrar que as zonas nordestinas de maior densidade econômica estavam em condições de prover um mercado suficientemente forte para assegurar a estabilidade econômico-financeira à nova empresa nos moldes de legislação vigente (SUDENE, 1966a, p. 69-71).

Entretanto, o plano ressaltou que nada ou quase nada havia sido feito para beneficiar as demais localidades, com demanda de energia ainda não caracterizada, as quais constituíam “campo aberto à ação de caráter pioneiro da eletricidade, ação essa que cabe ao Poder Público liderar” (SUDENE, 1966a, p. 71). Por se tratar de uma empresa de economia mista – com obrigações com seus acionistas e estabelecimentos de créditos nacionais e internacionais – a CHESF adotara uma política conservadora de investimento que precisava ser reformulada para intensificar o desenvolvimento regional. A meta básica consistia em expandir a capacidade geradora de Paulo Afonso e estender as linhas de transmissão da CHESF até Fortaleza, Natal, Mossoró e Macau.

A eletrificação prevista no I Plano Diretor da SUDENE baseou-se em estudos realizados anteriormente pelo CODENO, com a colaboração da CHESF, compreendendo duas partes distintas: o Sistema Leste e os Sistemas Regionais. O primeiro já estava operando, em grande parte, sendo constituído pelos dois troncos de transmissão de 220 kV que partiam de Paulo Afonso nas direções norte e sul, com seus pontos terminais em Recife e Salvador (SUDENE, 1966, p. 74-75).

A parte referente aos Sistemas Regionais contemplava os sistemas de Fortaleza, Centro-Norte do Ceará, Cariri (Cariri-Ceará e Sertão da Paraíba), Rio Grande do Norte, São Francisco, Senhor do Bonfim, Maranhão, Piauí e Sul da Bahia. Também era integrada pelos Sistemas Menores, cujas linhas de transmissão percorriam trechos da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (SUDENE, 1966, p. 75-80). As previsões do I Plano Diretor indicavam que essa parte demandaria o grosso das ações porque concentravam os problemas mais graves de oferta de energia elétrica.

Como inicialmente os investimentos não proporcionavam a receita integral prevista no Código de Águas para os serviços de energia elétrica, foi estabelecido que a União cobriria o déficit enquanto a situação não se regularizasse, mediante inclusão em seu orçamento das parcelas necessárias, com base em previsão a ser realizada pela



SUDENE (SUDENE, 1966a, p. 72). Se fazia igualmente importante a organização da distribuição de energia a fim de implantar uma política efetiva de tarifas baixas, sendo indicada a criação de empresas de base regional que pudessem ser técnica e administrativamente assistidas pela CHESF, sob a supervisão direta ou indireta da SUDENE. As contribuições do governo federal para essas empresas permaneceriam como patrimônio da União, como participação societária (SUDENE, 1966a, p. 73).

Considerava-se que a SUDENE teria condições de orientar a região para uma política de unidade de tarifa na venda bruta de energia para os consumidores comuns, visando corrigir diferenças de custo que atuavam desfavoravelmente em relação aos centros mais afastados, que acarretavam a concentração de investimentos nas áreas mais próximas da Usina Paulo Afonso. A unificação tarifária também possibilitaria um disciplinamento para outros investimentos públicos ou particulares no setor de energia elétrica no Nordeste fora do âmbito do plano (SUDENE, 1966a, p. 73).

Diante do panorama, o esquema de financiamento do Plano de Eletrificação tratou então os dois sistemas separadamente. O Sistema Leste era o então Sistema da CHESF, cuja construção foi ou estava sendo realizada com o capital da companhia, recursos advindos do Fundo Federal de Eletrificação e empréstimos levantados no BNDE ou no exterior. Já as obras nos denominados Sistemas Regionais seriam custeadas com recursos fornecidos pelo governo federal, mediante contribuições diretas da SUDENE ou através de verbas do orçamento consignadas para esse fim (SUDENE, 1966a, p. 80).

O II Plano Diretor (1963-1965) avaliou que o plano apresentado anteriormente estava em plena execução sob a supervisão da Superintendência e ponderou os seguintes fatores (SUDENE, 1966b, p. 24):

- a) possibilidade de atendimento pela energia da CHESF, a médio prazo e em termos econômicos, de cerca de 30% da área global do Nordeste, região que concentrava o grande mercado consumidor de energia;
- b) existência de sub-regiões, com mercados de porte médio, permitindo economicamente linhas de transmissão de até 66 kW, localizadas principalmente em áreas que possibilitavam aproveitamento hidroelétricos ou concentrados em capitais dependentes de geração térmica;



- c) caracterização do restante do Nordeste como um mercado pulverizado, disperso em um número elevado de comunidades (cerca de 450).

O II Plano incluiu ampliações na geração de energia (acréscimos na Usina Paulo Afonso e subestações) e na distribuição (prevendo novas linhas de transmissão). As obras contariam com recursos suplementares do Fundo Federal de Eletrificação, no montante de 9,1 bilhões de cruzeiros (Decreto nº 133/1961). Também foi prevista pelo decreto a alteração no desembolso dos recursos ainda disponíveis do Decreto nº 46.415, correspondente a 3.6 bilhões de cruzeiros. Para a obtenção dos recursos em moeda estrangeira, prevista no programa, “foi dada a garantia do Tesouro Nacional ao pedido de empréstimo formulado pela CHESF ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no total de 15 milhões de dólares” (SUDENE, 1966b, p. 25).

Em contrapartida ao financiamento feito pelo Fundo Federal de Eletrificação que visava principalmente o aumento da capacidade geradora de Paulo Afonso, o II Plano previu continuar a expansão das linhas-tronco dos Sistemas Regionais e Menores da CHESF, por meio de dotações orçamentárias. Da mesma forma, na área não abrangida pela CHESF e com mercado consumidor de características médias, planejava-se o início da execução de projetos hidrelétricos onde houvesse condições fluviométricas, citando-se a construção de usinas de porte médio no Sul da Bahia. Também teriam prosseguimento as obras de ampliação dos sistemas térmicos nas áreas de Fortaleza, Teresina e São Luís do Maranhão (SUDENE, 1966b, p. 25).

3. A questão cearense

Quando foi criada, a área de concessão da CHESF abrangia 450 quilômetros ao redor do local onde depois foi inaugurada a Usina Paulo Afonso, em 1954. Lançado naquele ano, o Plano Nacional de Eletrificação ratificou o perímetro que atenderia inicialmente a grande parte da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba. Devido a pressões da bancada cearense, mais especificamente do deputado federal Virgílio Távora, foram inseridos 25 municípios no Cariri (Leite, 1996, p. 217). Contudo, Fortaleza e os demais sistemas ainda permaneceram sem interligação à energia gerada pela usina hidrelétrica. A gravidade do problema de oferta de energia no Ceará e também no Rio



Grande do Norte foi, inclusive, salientada em *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (GTDN, 1967, p. 87-88).

No Rio Grande do Norte, a cidade de Natal e seu entorno imediato eram atendidos pela Companhia Força e Luz do Nordeste do Brasil, uma subsidiária da AMFORP. Em 1961, o governo estadual criou a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) para distribuir a energia de Paulo Afonso no território norte rio-grandense. A primeira linha de transmissão foi inaugurada dois anos depois, justamente quando a multinacional estadunidense se retirava do Brasil, evidenciando a paulatina estatização do setor elétrico que se concretizaria nos anos seguintes.

Incluída no “círculo” original de eletrificação, a região sul do Ceará passou a ser suprida pela energia hidrelétrica produzida por Paulo Afonso em 1960. Para a distribuição de energia, foi criada a Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA), uma sociedade de economia mista, subsidiária da SUDENE e com participação acionária majoritária da CHESF, de prefeituras municipais da região e, em pequena proporção, de particulares. Pouco depois, foi estabelecida a Companhia Centro-Norte de Eletrificação do Ceará (CENORTE), também uma empresa de economia mista, com participação majoritária do governo estadual (Nobre, 2012).

A situação no Ceará era evidenciada pela precária oferta de energia, operacionalizada pela autarquia municipal Serviço de Luz e Força de Fortaleza (SERVILUZ), resultante da encampação da britânica Ceará Tramways, Light & Power, em 1948. Em 1962, a SERVILUZ foi absorvida pela Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR), constituída pela SUDENE, que representaria o capital da União Federal até que a CHESF passasse a “fornecer energia elétrica de sua produção à cidade de Fortaleza” (SUDENE, Resolução nº 452-A, 1962), fazendo parte então da recém-criada Eletrobrás.

Observa-se que CONEFOR, CELCA e CENORTE se destinavam a viabilizar as ações de eletrificação nos sistemas regionais cearenses elencados no I Plano Diretor (Fortaleza, Cariri e Centro-Norte do Ceará). O estabelecimento dessas companhias coadunava com as diretrizes da SUDENE quanto a dar preferência à CHESF em obras mais amplas, delegando a execução das linhas de tensão mais baixa a empresas de energia elétrica existentes na região, cuja maioria estava sob o controle dos governos estaduais.



Desse modo, a ação da SUDENE limitava-se à supervisão geral e fiscalização de obras, cedendo engenheiros de seus quadros técnicos para prestar assistência técnica sempre que necessário (SUDENE, 1966b, p. 26).

Parte das ações no Ceará coube também à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE), criada em 1962 pela SUDENE, cuja atuação abarcaria algumas cidades na região do baixo e médio Jaguaribe e na Serra da Ibiapaba (fronteira com o Piauí). De acordo com o II Plano Diretor, a CERNE era uma sociedade de economia mista idealizada “para a execução do programa de pequenas comunidades, tendo em vista o grande volume de recursos empregados, exigindo elaboração de projetos, compras de material e execução de obras de forma integrada, viando à obtenção de economias de escala” (SUDENE, 1966b, p. 26).

No caso cearense, a atuação da SUDENE deparou-se com resquícios de ações que se processavam em âmbito estadual. Vale mencionar as propostas encaminhadas por Lucas Lopes enquanto este era secretário-geral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, as quais acabaram por estruturar o Plano de Eletrificação Total do Ceará aprovado por Kubitschek, em 1956. No ano seguinte, o governo cearense abriu uma concorrência para a elaboração de um plano de eletrificação para áreas não abrangidas pela concessão da CHESF (Lima, 2015, p. 144 e 145).

Outro Plano de Eletrificação do Ceará foi elaborado pelo então deputado federal Virgílio Távora, político cearense que se tornou, em 1959, o secretário-geral da comissão nacional da candidatura de Jânio Quadros e, dois anos depois, foi nomeado no cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de João Goulart, por indicação da União Democrática Nacional (UDN). A fase inicial do plano de Távora correspondia à eletrificação do Cariri prevista para o final da década de 1950, cujas obras somente se concretizariam sob a égide da CELCA, em 1962 (Lima, 2015, p. 148).

Contando naquele contexto com a participação direta da SUDENE, o Plano de Eletrificação do Ceará de Távora foi objeto de algumas modificações para adequar-se ao Plano de Eletrificação do Nordeste elaborado por Furtado no I Plano Diretor. Inicialmente, a energia chegaria ao Cariri com uma subestação em Ingazeiras, seguindo para Senador Pompeu, e a alteração que redefiniu o traçado acabou por assemelha-lo ao trajeto que o próprio Távora planejara em documentos de 1951 (Plano de Recuperação



Econômica do Ceará), com destaque para a entrada da energia no Ceará a partir do município de Milagres e de lá para a cidade de Banabuiú (Lima, 2015, p. 148).

Pouco depois, Távora continuou o processo de eletrificação cearense com a elaboração do seu I Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG), quando se elegeu governador para o mandato de 1963 a 1966 pela coligação entre a UDN, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Com esse plano, Távora lançou mão de um projeto de modernização que visava tirar o Ceará “de uma situação de atraso e subdesenvolvimento, para o progresso” (I PLAMEG, Ceará, 1963, p.08. Apud. Lima, 2015, p. 121). Távora demonstrava plena convicção de que a modernização cearense se daria “pela via estatal mediante o planejamento e a criação de infraestruturas necessárias à industrialização para fortalecer o empresariado local” (Lima, 2015, p. 39).

Coadunando com preceitos dos planos de Metas e Trienal, o preâmbulo do I PLAMEG definiu o papel do Estado como central, posto que a ele caberia dirigir, impulsionar e estimular a expansão no setor privado e disciplinar as inversões no setor público, o que foi reiterado na apresentação:

É certo que, reconhecidas modernamente ao Estado, sobretudo nas regiões subdesenvolvidas, responsabilidades efetivas na promoção do desenvolvimento econômico, ampla área de investimentos lhe está de qualquer modo reservada, notadamente na construção da infra-estrutura indispensável à deflagração do processo de desenvolvimento (I PLAMEG, Ceará, 1963, p.01. Apud. Lima, 2015, p. 122).

Dentre as propostas do I PLAMEG, constava a implantação da infraestrutura indutora de industrialização que dispunha especificamente em relação à eletrificação:

(15) energia - aumento da disponibilidade da energia elétrica através de investimentos ou em convênios com órgãos governamentais, especialmente SUDENE, CHESF e DNOCS, de modo a conduzir até Fortaleza a rede de transmissão de Paulo Afonso.

O desenvolvimento econômico depende diretamente da disponibilidade de energia. É impraticável a expansão industrial e, sob certos aspectos, a melhoria da produtividade agrícola, sem o suprimento energético estável e a preços razoáveis, igualmente, as condições de vida do homem, para que sejam aceitáveis, estão estreitamente subordinadas à intensa utilização desse fator (I PLAMEG, Ceará, 1963, p. III. Apud. Lima, 2015, p. 122 e 129).



Era enunciado que “o objeto principal do PLAMEG é o Homem, e que, portanto, as portas de desenvolvimento econômico devem ser sempre encaradas como instrumento indispensável ao alcance do objeto básico” (I PLAMEG, Ceará, 1963. Apud. Lima, 2015, p. 122). Nessa questão, poderiam ser observadas convergências entre as propostas de Furtado na SUDENE e alguns pontos dos planos de Távora. Contudo, nos embates derradeiros, os rumos tomados pelos dois nordestinos divergiram completamente. Em depoimento de 1976, o político cearense revelou suas percepções:

Inicialmente, fomos recebidos com dificuldade na Sudene, nós representávamos o Centro da SUDENE em 1962, e fazemos uma referência toda especial ao seu superintendente Celso Furtado que ao contrário do que muitos dizem, não era comunista, quando muito, podemos dizer tinha ideias socializantes, era cercado, isso sim, de adeptos de ideologias bem estranhas à terra. Então, os primeiros contatos do governador em 1966 [1963] com aquele órgão, apesar da amizade que o unia ao superintendente, hoje professor de Sorbonne, Celso Furtado, foi bem difícil, mas vencemos. Após vitorioso o movimento de 64, tornou-se mais fácil de um lado o entendimento, e de outro o recebimento de recursos (...). Tivemos realmente um grande e bom relacionamento com a Sudene e nos orgulhamos de dizer que realmente a SUDENE representa sem sombra de dúvida para o Nordeste uma das alavancas maiores de seu progresso, com seus enganos, com seus senões, mas sempre nós dizemos e diremos a verdade. O que digo, nós dizemos é uma interrogação: o que seria do Nordeste se não houvesse a SUDENE, se não houvesse o Banco do Nordeste? (TÁVORA, 1976).

Nos anos de implantação da SUDENE, Furtado já havia se deparado com resistências do governo cearense na figura de Parsifal Barroso, rival vitorioso de Távora nas eleições de 1958. Aliás, num depoimento também concedido em 1976, Barroso tomou para si os avanços na eletrificação do Ceará naqueles anos em que Furtado esteve à frente da SUDENE:

Posso informar que ao assumir o governo do Estado verifiquei que nossa infraestrutura básica, indispensável ao surgimento de um desenvolvimento econômico equilibrado, precisava, antes de tudo, da organização do planejamento de obras de infraestrutura. E veja, comecei pela de eletrificação, criando a Companhia de Eletrificação do Centro Norte do Ceará, e tornando o governo do Estado sócio minoritário da Companhia de Eletrificação do Cariri. Assim como da Companhia de Eletrificação de Fortaleza, as três que hoje constituem a Companhia de Eletrificação do Ceará. (Barroso, 1976).



Propriamente sobre Furtado, Barroso disse guardar uma boa recordação da ação, do devotamento e da competência do primeiro Superintendente, reiterando as divergências, especialmente no tocante à industrialização do Ceará. Dentre algumas declarações, afirmou ter lutado muito contra as ideias furtadianas enquanto foi governador, mas que tinha razões para se considerar insuspeito no elogio que tecia sobre Furtado ter chegado à estruturação e à disciplina dos planos da SUDENE, o que representava na opinião de Barroso “uma prova de acerto com que conduziu os primeiros passos da instituição” (Barroso, 1976).

De todo o modo, os depoimentos dos governadores cearenses que cumpriram mandatos no período em que Furtado conduziu a SUDENE fornecem pistas acerca dos interesses políticos que se processavam nos âmbitos estaduais e com os quais ele precisou lidar. Esse fator fica bastante patente pela embolada elétrica que se formou no Ceará com o incremento da fonte de energia térmica como medida urgente, cuja cadencia dos embates incluíram outros emboladores.

4. A solução termelétrica emergencial

A chegada da energia da hidrelétrica da Usina Paulo Afonso era fundamental para a consolidação da infraestrutura básica e, para tanto, exigia toda uma articulação governamental com órgãos que extrapolavam os limites estaduais. Inserido na área de concessão original da CHESF, na época do I Plano Diretor da SUDENE, o Sistema do Cariri-Ceará já contava com um a linha-tronco de 270 Km de transmissão que se estendia da usina até Milagres. O sistema também era servido por duas linhas de menor potência, sendo a primeira com 294 Km de trechos entre Milagres, Juazeiro do Norte e Crato, e a outra com 442 Km de trechos entre Ingazeiras, Juazeiro do Norte, Milagres e Brejo Santo (SUDENE, 1966a, p. 75).

O I Plano Diretor da SUDENE considerava que o Sistema Fortaleza seria progressivamente suprido pela energia da CHESF, prevendo-se a construção de uma linha tronco com 220 Km de Ingazeiras ao Açude de Barnabuiú e uma segunda linha de menor potência e com 200 Km entre Barnabuiú e Fortaleza (SUDENE, 1966a, p. 76). Contudo, a energia hidrelétrica de Paulo Afonso somente chegou a Fortaleza em 1965, ocasião na qual Virgílio Távora afirmou:



Espinha dorsal do desenvolvimento do Ceará, meta básica e porque não dizer prioritária do PLAMEG, sem cuja obtenção baldados seriam todos os esforços do Poder Público, como da própria comunidade alencarina, para a vigorosa arrancada visando ao soerguimento econômico desta Unidade federativa, situando-nos em igualdade de condições com os demais Estados da Região – a obra hoje inaugurada bem valeu, e de sobejo, oito anos de lutas, incompreensão, sacrifícios, inclusive de natureza política em determinado instante. (TÁVORA, 1965, p.08. Apud. Lima, 2015, p. 130).

No momento de criação da SUDENE, a energia térmica representava 98,9% das fontes existentes no Ceará (Lima, 2015, p. 34), constituindo este um fator importante a ser considerado no plano de eletrificação diante das etapas previstas para abastecimento pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Até mesmo para a região do Cariri, o I Plano Diretor complementarmente previu oito usinas termelétricas e um conjunto de subestação para operação das respectivas linhas (SUDENE, 1966a, p. 76).

O incremento térmico foi uma solução emergencial adotada pelo I Plano Diretor, sobretudo, nas providências tomadas para remediar a situação caótica do serviço de geração e distribuição no Sistema de Fortaleza:

A administração do antigo SERVILUZ foi transferida para a CHESF e a SUDENE aprovou um plano de emergência, ora em execução, visando a aumentar ainda este ano, em 50 por cento, a capacidade da usina térmica existente e melhorar substancialmente a rede de distribuição (SUDENE, 1966a, p. 73).

Considerando ser de extrema gravidade a situação na capital cearense e, levando em conta que a energia de Paulo Afonso não iria alcançar a cidade num curto prazo devido ao grande número de obras necessárias, o I Plano Diretor propôs então encaminhar a solução em duas etapas (SUDENE, 1966a, p. 76):

- a) **Solução de emergência** (1960): Compra de 4 grupos diesel de 1424 kW cada, já efetuada, e que deverão estar em operação em Fortaleza em dezembro do corrente ano; construção de terminal para óleo e início da reconstrução de da rede de distribuição;
- b) **Solução preliminar:** Instalação, no decorrer de 1961, de uma central termelétrica, com duas unidades de 7.500 kW.

Nas metas a serem alcançadas até 1961, o I Plano Diretor previu a expansão de 20.696 kV na oferta de energia para o Sistema de Fortaleza, considerando exclusivamente usinas termelétricas como fonte. No esquema de financiamento, Fortaleza receberia Cr\$



1.894.629 do total de Cr\$ 17.054.785 previstos e US\$ 2.240.000 do montante de US\$ 10.312.500 programado, sendo este o maior dispêndio em moeda estrangeira dentre os sistemas regionais. A proporção entre os recursos em cruzeiros e em dólares sinaliza o tipo de expansão termelétrica, dependente em parte da importação de equipamentos e compra de combustível. Tal fator também é evidenciado pela reserva de Cr\$ 15.000 no orçamento da SUDENE para o pagamento de uma central termoelétrica de 15MW que seria adquirida no exterior para a “solução preliminar” (SUDENE, 1966a, p. 86 a 90).

Na prática, o andamento do I Plano Diretor foi afetado por atrasos nos repasses provisionados e por pressões políticas internas e externas. Em relação ao plano anterior, o II Plano Diretor incluiu para o restante da área do Nordeste um programa especial de eletrificação de pequenas comunidades, que se esperava “ter financiamento conjunto, através de recursos do Governo Americano (Aliança Para o Progresso) e de uma contrapartida equivalente em cruzeiros através do Governo Brasileiro, somando essas contribuições cerca de 8 bilhões de cruzeiros” (SUDENE, 1966b, p. 25). Àquela altura, as relações entre Brasil e Estados Unidos passaram a interferir diretamente no Plano de Eletrificação da SUDENE, o que se evidencia pela embolada elétrica no Ceará.

5. À luz da interferência estadunidense

No final de 1961, a SUDENE ainda não dispunha dos recursos previstos para 1960 e 1961, o que inviabilizava a devolução e redistribuição dos repasses que tinham sido aplicados em obras emergenciais de eletrificação. Destes, Cr\$ 230 milhões se destinaram à rubrica “Ampliação e reforma em Fortaleza” e mais Cr\$ 72 milhões para a “Energia Elétrica de Fortaleza”. As próprias obras emergenciais necessitavam de suplementação de recursos sob o risco de maiores prejuízos no caso de atraso ou não conclusão, sendo aprovado o “Plano de adiantamento para prosseguimento de obras de absoluta urgência no setor de energia elétrica” (SUDENE, Resolução nº 54, 1961).

O primeiro item do plano referiu-se a investimentos no então SERVILUZ para cobrir o aumento nas despesas com a importação e a instalação de quatro motores diesel-elétricos da fábrica estadunidense Fairbanks-Morse. De acordo com as justificativas, o estator de um dos motores caiu no mar no porto cearense de Mucuripe e o valor do seguro não cobria a taxa de câmbio maior da peça substituta, bem como os custos com transporte,



seguro e montagem. O sistema também demandou um reforço na verba prevista para a constituição de uma reserva de óleo, em virtude da brusca elevação do preço do combustível decorrente da reforma cambial. A situação exigia “pronto atendimento sob pena de verificar-se a paralização dos serviços elétricos em Fortaleza, com funestas consequências” (SUDENE, Resolução nº 54, 1961).

Dois anos depois, Furtado apontou que a situação em Fortaleza tinha melhorado devido à ação da SUDENE quanto ao reequipamento das instalações de geração de energia elétrica e da rede de distribuição da cidade, com um o aumento da oferta de energia do 12.500 kW para 21.500 kW. Além disso, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) havia aprovado um projeto de financiamento, envolvendo um crédito de US\$ 2.400.000 com condições de pagamento favoráveis⁷ a ser repassado para a CONEFOR a fim da instalação de 18.000 kW suplementares, em unidades diesel geradores tipo compacto (SUDENE, Proposição nº 56 e Resolução nº 823, 1963). O andamento foi registrado em atas, as quais informaram que o incremento decorreria da instalação de 12 unidades compactas fornecidas pela General Motors (SUDENE, Atas da 35ª e 37ª reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo, 1963).

Tudo leva a crer que o projeto mencionado se relacionava ao programa Fortaleza Emergency Power financiado pela USAID. Dados encontrados em relatório do Congresso Nacional dos Estados Unidos referiram-se a um empréstimo no montante de US\$ 2.314.879, autorizado em 09 de julho de 1963 para geradores elétricos destinados a SUDENE/CONEFOR (United States of America, 1967, p. 16828-16829). No ano seguinte, outro relatório reportou um empréstimo em valor semelhante, destinado ao Fortaleza Emergency Power (Agency for International Development, 1968, p. 56).

Naquele momento, as adequações e aditamentos nos planos da SUDENE refletiam o contexto mais amplo que colocava o Nordeste estava na mira da política externa norte-americana.⁸ Conforme relata Rosa Freire D’Aguilar,

uma das vertentes mais instigantes da correspondência de Celso nesse período é a que trata das relações entre ele e os representantes da Aliança para o Progresso (AP), esse vasto programa de cooperação

⁷ Condições de pagamento com 30 anos de amortização, 10 anos de carência e juros de ¾ de 1% ao ano.

⁸ No contexto da denominada Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), a miséria e a agitação das Ligas Camponesas tornavam o Nordeste um meio propício para disseminação do comunismo aos olhos norte-americanos, pairando a ameaça da Revolução Cubana (1959).



lançado pelo presidente John F. Kennedy (JFK) e voltado para o desenvolvimento da América Latina. Se desde sua criação a Sudene atraiu a atenção de observadores internacionais, em 1961 sua visibilidade se reforçou sobremodo. Em julho desse ano Celso foi aos Estados Unidos em missão oficial. Recebido pelo presidente Kennedy na Casa Branca e pelo secretário de Estado Dean Rusk, a eles expôs as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste. O resultado mais imediato da visita foi — além da vinda ao Nordeste de várias missões técnicas da Organização das Nações Unidas (ONU) — a aceleração da cooperação da Sudene com a AP. A leitura das cartas permite retrair o itinerário que levou Celso Furtado, em relação à AP, de um otimismo moderado a uma fundada descrença nos ambiciosos propósitos que inicialmente nortearam essa iniciativa de Kennedy (D’Aguiar, 2019, p. 223-224).



Presidente John Kennedy e
Celso Furtado, 1961.
Foto: O Cruzeiro/Arquivo
Estado de Minas, 14/7/1961.
Disponível em:
<https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/10/21/interna_cultura,1094355/um-homem-e-seutempo.shtml>.
Acessado em: 30/07/2021.

Para todos os efeitos, Furtado se esforçava para manter-se leal ao que ele próprio declarara no relatório elaborado para Jânio Quadros no retorno de Washington:

Estamos conscientes de que esse [a pobreza na área nordestina] é um problema nosso, que somente nós, brasileiros, poderemos adequadamente formulá-lo e efetivamente solucioná-lo”; “a ajuda externa é de grande importância para apressar os resultados concretos, mas poderia ser até negativa se nós mesmos não estivéssemos em condições de enfrentar o problema”. (Furtado. Apud. D’Aguiar, 2019, p. 224)

Já sob a pressão da Aliança para o Progresso e do financiamento via USAID, era notório o desgaste de Furtado ao lidar com a interferência norte-americana nas ações da SUDENE no período, como relatam depoimentos registrados pela Comissão Estadual de



Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco. Ao avaliar o significado da criação da SUDENE e o papel da Aliança para o Progresso, o advogado Clemente Rosas relatou que a Cooperação Internacional (CI)

não tinha esse nome ainda, era chamada de GAP, Grupo da Aliança para o Progresso, que não me era simpático. Marcos Lins me convenceu de que a CI ia se construir e que a missão era controlar a ação dos americanos em sua política de assistência técnica ao Nordeste. Começou com a visita que dr. Celso Furtado fez ao presidente Kennedy, falou dos problemas do Nordeste, já havia muita notícia dos riscos que o Nordeste tinha de se converter num novo Vietnam, etc. e conseguiu uma determinada verba para ser aplicada, segundo os sonhos dele, nos planos de desenvolvimento que a SUDENE ia implementar. Foi uma ilusão porque, de fato, o governo americano implantou no Nordeste uma missão, USAID, Assistência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos. (...) Na realidade, eles não vieram colaborar com o plano de Celso Furtado, eles vieram também pra planejar e orientar os recursos para as prioridades deles, definidas por eles. Então o nosso papel era exatamente tentar controlar isso. Como se fosse um pequeno Ministério de Relações Exteriores da SUDENE. Me lembro do nome de alguns deles: John Javrotsky, Donald Finberg, James Houska e Dennys Goulet (Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, 2017, p. 62)

O caso do Fortaleza Emergency Power é emblemático nesse sentido, conforme ressaltou o próprio Clemente Rosas acerca dos conflitos entre os propósitos da SUDENE e as reais intenções estadunidenses:

O caso mais ilustrativo é o “Fortaleza Emergency Power”. No tempo que a energia elétrica de Paulo Afonso ainda não chegava em Fortaleza, cogitou-se de ter um gerador termo elétrico para atender as necessidades da cidade enquanto as linhas de Paulo Afonso não chegassem. Isso seria custeado pelo governo americano com recursos para se comprar esse gerador enquanto a energia de Paulo Afonso não chegasse. O que ocorreu é que ao discutir o convênio, esperava-se que uma vez Fortaleza abastecida de energia elétrica, esse gerador pudesse ser deslocado para outros lugares, segundo as prioridades da SUDENE, para que pudesse atender outras populações. Eles incluíram no convênio uma regra que qualquer deslocamento tinha que ter autorização prévia da USAID, com o que nós não concordamos e dr. Celso Furtado manteve a nossa posição. Veio até um advogado de Washington especialmente pra isso, não falava uma palavra de português, conversou conosco, não se resolveu, foi a dr. Celso e este manteve a posição. Aí eu me lembro que uma hora lá, lendo o texto ele disse que não, isso não era uma questão de “wording”, era questão de princípios. E o princípio é esse: vocês estão querendo fazer uma doação com uma cláusula onerosa, quase uma reserva de domínio, e nós não aceitamos isso. E aí ficou o impasse. Acabou sendo resolvido de uma



forma conciliatória, até porque os técnicos da área disseram que o gerador podia ficar como uma unidade de reserva para quando houvesse panes ou qualquer outro tipo de problema com a linha de Paulo Afonso. E assim foi feito. Mas o princípio de autoridade da SUDENE foi mantido (Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, 2017, p. 62-63)

O próprio Furtado relatou que um dos problemas enfrentados em relação à cooperação estadunidense “dizia respeito à excessiva interferência da agência americana na execução das obras e na utilização futura dos bens comprados com os recursos emprestados” (Furtado, 1989, p. 132). Segundo o relato posterior dele sobre o caso, no contrato de financiamento para a compra de um conjunto de geradores diesel-elétricos dos Estados Unidos

destinados a servir à cidade de Fortaleza – aliviando-a enquanto era construída a linha de transmissão de Paulo Afonso – foi incluída uma cláusula estipulando que qualquer utilização futura desse equipamento, que pertencia à SUDENE, ficaria na dependência de decisão de autoridade americana. Cláusulas idênticas deveriam ser aplicadas no caso de financiamentos para importação de equipamento rodoviário, de irrigação ou outro qualquer. Era como se pretendessem introduzir miríades de ataduras aos órgãos operacionais da SUDENE, que, no futuro, para tomar qualquer decisão envolvendo parte de seu equipamento de trabalho, deveria pedir autorização por escrito e submeter-se a sindicância e auditoria (Furtado, 1989, p. 132).

No caso do sistema de Fortaleza, a escala do financiamento em moeda estrangeira também poderia ser explicada pela atuação de Virgílio Távora que, desde os primórdios da eletrificação do Cariri, manteve contato constante com representantes estadunidenses. A relação ficou patente quando assumiu o governo do Ceará e participou quase imediatamente de uma reunião com a Aliança para o Progresso nos Estados Unidos, visando obter recursos para as metas do I PLAMEG. Sua posição foi posteriormente registrada no documento *A Aliança para o Progresso e o setor Privado* (1964), no qual teceu considerações acerca da evolução do setor privado no Nordeste, a participação da USAID e a articulação de diversos órgãos na execução desses investimentos (Lima, 2015, p. 155).

Nesse sentido, a atuação de Távora pesou na condução do programa de trabalho da CERNE nas comunidades rurais do Ceará. As diretrizes indicavam que fosse adotado, sempre que possível, o princípio de utilização das empresas existentes para exploração



dos sistemas isolados, devendo ser firmados convênios de exploração das usinas térmicas a serem construídas. A companhia ficou responsável pelo “estabelecimento de normas de manutenção preventiva, criação de estoques de sobressalentes, localização regional de reservas de óleo combustível e realização de programa de treinamento do pessoal de nível médio” (SUDENE, 1966b, p. 26). Em maio 1963, o Conselho Deliberativo da SUDENE foi comunicado de que a CERNE concluíra o projeto referente à primeira etapa de Eletrificação das Pequenas Comunidades Rurais (72 comunidades), constando na respectiva ata:

A execução desse programa exigirá recursos do II Plano Diretor e também contará com a colaboração de verbas da Aliança para o Progresso, através da USAID” (SUDENE, Ata da 3ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, 1963).

Noutra reunião realizada pouco depois, os conselheiros debateram sobre a proposição de um grupo de trabalho, o qual considerava que, em 1965, todas as linhas-tronco do Sistema CHESF estariam em fase final de construção, podendo o governo federal concentrar recursos na área do Nordeste Ocidental. Nesse sentido, indicava-se:

A distribuição de energia em baixa tensão deverá ficar a cargo das Empresas Estaduais existentes e da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE); além disso, a referida Sociedade poderia melhor disciplinar a aplicação de todos os investimentos federais a serem feitos através de participação societária, podendo também levantar operações de adiantamento ou de financiamento em organizações nacionais ou estrangeiras, ressaltando nesse particular a possível ajuda da USAID, de modo a assegurar o andamento da obra dentro dos ritmos desejados (SUDENE, Ata da 37ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, 1963).

Os registros da reunião seguinte revelam as pressões advindas da política externa que recaíam sobre a SUDENE, destacando-se uma fala de Gilberto Freyre a esse respeito. Depois da notícia sobre o andamento do plano, a palavra foi concedida

ao Conselheiro Gilberto Freyre que, em primeiro lugar, demonstra sua satisfação em virtude da aprovação do II Plano Diretor; em segundo lugar, solicita ao Superintendente Celso Furtado que faça um pronunciamento, no sentido de melhor esclarecer este Conselho, definindo a posição da SUDENE quanto a assuntos relativos a convênios com organismos internacionais e se a SUDENE continua sendo um órgão de todo hábil para firmar tais convênios, quando se refiram ao desenvolvimento do Nordeste. Estas indagações são feitas, tendo em vista noticiário da Imprensa que demonstra um certo receio



quanto a essas negociações internacionais (SUDENE, Ata da 38ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, 1963).

Em resposta, Celso Furtado informou que o noticiário a respeito da cooperação internacional era algo tumultuado por falta de um melhor esclarecimento e que mantinha entendimentos com o Presidente, o Consultor Geral da República e o Ministro das Relações Exteriores. Segundo Furtado, o governo federal estava empenhado em tornar o Brasil um alvo da cooperação internacional mais ampla possível e que esses programas não causariam dificuldade no plano internacional, declarando:

Com respeito à SUDENE, é este o único órgão da República que, através de acordos entre Governos, foi encarregado da execução desses programas de cooperação internacional. É o que contém o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, dispondo que o Brasil será representado pela SUDENE. (...) Os Senhores Conselheiros podem estar tranquilos porque o Nordeste tem sido apresentado perante o Governo como uma região onde a cooperação internacional vem se desenvolvendo normalmente, dentro de um espírito de acatamento e respeito à soberania nacional (SUDENE, Ata da 38ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, 1963).

Ainda na mesma reunião, mencionou-se um telegrama de governadores e firmado pelo Ministro da Justiça, no qual se dizia expressamente que os programas de cooperação internacional deveriam ser encaminhados por meio do Ministério das Relações Exteriores. Sobre a questão, Furtado esclareceu que gestões com autoridades estrangeiras, dentre outras, poderiam ser remetidas diretamente via Itamarati. Contudo, ressaltou que os programas de ajuda internacional destinados ao Nordeste deveriam ser apresentados à SUDENE, considerando que as relações entre os estados e a Superintendência não eram internacionais como aquelas mencionadas no telegrama (SUDENE, Ata da 38ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, 1963).

A interferência estadunidense se fortalecia em detrimento da atuação da SUDENE quando enalçava os interesses particulares e se aproveitada de posições políticas específicas, a exemplo das relações que Virgílio Távora detinha com a Aliança para o Progresso, o que minava qualquer pretensa noção de um espírito coletivo para o Nordeste. Outro episódio que depõe nesse sentido ocorreu durante a visita de Edward Kennedy à região, em 1961, a qual já havia sido comunicada a Furtado em seu encontro nos Estados Unidos com o presidente norte-americano. O roteiro incluiu uma ida ao Engenho Galileia,



em Pernambuco, com o intuito de conhecer as Ligas Camponesas. Na conversa que se seguiu, foi pedido um gerador elétrico para resolver o problema da falta de energia no local e, alguns meses depois, o equipamento desembarcou no Recife. Consta que o “governador Cid Sampaio recusou-se a fazer qualquer coisa pelas Ligas e somente quando Miguel Arraes tornou-se governador do estado é que o tal gerador foi entregue ao seu destino” (Ribeiro, 2006, p. 142-143).

Pouco depois, conforme o acordado entre Kennedy e Furtado, chegou a Recife, uma equipe técnica norte-americana chefiada pelo economista e embaixador Merwin Bohan com o objetivo de realizar uma pesquisa geral das necessidades econômicas do Nordeste, sem propósitos políticos imediatos. O grupo percorreu a região, conferenciando com o pessoal técnico da SUDENE e também com a burocracia federal estadual. Como militantes da Aliança para o Progresso,

endossavam a presença americana na região e acreditavam em um esforço subordinado aos da Superintendência e seus planos de desenvolvimento. A linha de trabalho era abrir uma franca discussão com o pessoal da SUDENE, deixando claro que não estavam interessados em um programa independente e que o tamanho da missão que se estabeleceria posteriormente seria pequeno e não concorreria com a agência nacional. Com esta orientação, a equipe trabalhou estreitamente com os técnicos de Celso Furtado (Ribeiro, 2006, p. 144).

Especificamente sobre a passagem da equipe norte-americana, Furtado relatou: “Surpreendeu-me que os membros da missão Bohan, que certamente haviam sido amplamente assessorados por agentes da CIA, não compreendessem quão contraproducente seria encher o Nordeste de tabuletas da Aliança para o Progresso, alardeando pequenas obras de fachada” (Furtado, 1989, p, 131). Num tom inconformado, complementou: “E, principalmente, não percebessem que, enveredando por esse caminho, a SUDENE perderia a credibilidade, o seu principal capital, e atrairia para si os ruidosos movimentos da opinião progressista” (Furtado, 1989, p, 131). Mais adiante, após considerar outras questões, chegou a concluir:

Hávamos lutado duramente para impor um planejamento coerente e submeter as iniciativas dispersas dos governos estaduais a diretrizes orientadas para a integração regional. É natural, portanto, que resistíssemos às ingerências de uma agência de um governo estrangeiro que pretendia sobrepor sua doutrina e suas prioridades a uma política



tecnicamente consistente, democraticamente concebida na região e sancionada pelo Congresso Nacional (Furtado, 1989, p. 132)

De um modo geral, as intenções declaradas da cooperação internacional processaram-se de forma distinta na prática. Caberia aqui mencionar que, no contexto mais amplo, o Brasil enfrentava sérias restrições no balanço de pagamentos naquele início da década de 1960 e precisava do apoio financeiro dos Estados Unidos para evitar uma moratória. Mesmo com o avanço da substituição de importações no pós-Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira dependia de produtos estrangeiros, particularmente petróleo e bens de capital, para fortalecer a industrialização e ter condições de manter as taxas de crescimento que impulsionaram sua economia no final dos anos 1950 (Saes; Loureiro, 2012, p. 22-23). Ora acusado de “entreguista”, ora de “comunista”, João Goulart sofreu pressões de Washington em várias direções que permearam as questões relativas ao Nordeste e ao setor elétrico pelas conjunturas que lhes eram próprias.

Não por acaso a estadunidense AMFORP foi capaz de negociar uma saída vantajosa do Brasil em 1963, depois de tratativas que se arrastaram pelos anos anteriores, envolvendo, inclusive, as relações diplomáticas entre os dois países. Até mesmo a parcela já estatizada ou nacionalizada do setor elétrico brasileiro acabava submetida aos arranjos da política externa, tendo em vista a dependência dos equipamentos e combustíveis produzidos nos Estados Unidos. O caso da solução emergencial das termelétricas no Ceará foi um bom exemplo disso, tendo em vista que evidencia a subjugação de ações previstas nos dois planos diretores elaborados por Furtado aos ditames norte-americanos, concretizados na paulatina abertura ao financiamento da USAID e na gradativa interferência da Aliança para o Progresso.

Nas reflexões de *A Fantasia Desfeita*, Furtado relatou que partira do princípio de que, sob a liderança de Kennedy, a Aliança para o Progresso constituía uma nova era nas relações com os Estados Unidos, fundadas na confiança. Quando o primeiro convênio foi assinado, em maio de 1962, afirmou que estaria em processo uma modificação significativa na visão que se tinha, no Nordeste, dos Estados Unidos e de seu papel na criação do mundo em que teremos de viver todos no amanhã. Mas, a prática demonstrou que não havia confiança: “Nós éramos vistos como parte do problema, e não a solução. A grande torpeza que fora a operação da Baía dos Porcos, em Cuba, fazia-os comportar-



se com a insegurança de crianças surpreendidas furtando doce. Dessa forma, tornaram-se também eles – os dirigentes locais da agência responsável pela Aliança – um problema adicional para nós” (Furtado, 1989, p. 133).

6. Considerações finais

Embora apresentasse uma perspectiva abrangente e consistente, o Plano de Eletrificação do Nordeste de Celso Furtado na SUDENE teve a sua execução compassada por emboladores que nem sempre respeitaram as regras do repente.

Uma provável explicação seria a de que, por sua natureza, as bases que solidificaram o projeto eram também as mais suscetíveis a pressões internas e externas. Ao mesmo tempo que o plano contava com a autonomia e o respaldo dados pela SUDENE, o poder para regular seu orçamento e demais componentes estava sob o controle de organismos nem sempre afeitos aos seus propósitos.

Depois de aprovado, o plano sofreu constantes interferências que visavam atender a múltiplos interesses, exigindo de Furtado o difícil equilíbrio entre o seu esforço intelectual e a administração das forças locais e estrangeiras. Com o êxito a depender da cooperação e boa-fé dos diversos agentes que demandava, ele buscou contornar os descompassos, lançando mão de sua habilidade em planejar e aliar consensos.

Apesar de desafinado em vários trechos, não se diria que o esforço de Furtado foi totalmente em vão. Assim como enfrentou a seca e a fome, tirou milhares da escuridão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Documentos produzidos pela SUDENE (Acervos do Conselho Deliberativo da SUDENE-Procondel e do Centro Celso Furtado):

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967 (2ª edição).

SUDENE. **I Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1961-1963)**. Recife: Divisão de documentação da SUDENE, 1966a.

SUDENE. **II Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1963-1965)**. Recife: Divisão de documentação da SUDENE, 1966b.

Atas, Resoluções e demais documentos produzidos pela Secretaria Executiva ou Conselho Deliberativo da SUDENE. Disponíveis: < <http://procondel.sudene.gov.br/>>. Acessados entre os dias 20/10/2020 e 20/12/2020:



- Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE (Aprovação do anteprojeto de lei do I Plano Diretor e outros assuntos), de 04/05/1960;
- Ata da 35ª reunião ordinária do Conselho deliberativo da SUDENE (Termelétricas e vários assuntos), de 10/04/1963;
- Ata da 36ª reunião ordinária do Conselho deliberativo da SUDENE (Vários assuntos), de 03/05/1963;
- Ata da 37ª reunião ordinária do Conselho deliberativo da SUDENE (Vários assuntos), de 05/06/1963;
- Ata da 38ª reunião ordinária do Conselho deliberativo da SUDENE (USAID/Cooperação Internacional e outros assuntos), de 03/07/1963.
- Proposição nº 10 do Superintendente ao Conselho Deliberativo da SUDENE (CONEFOR), de 08/05/1962;
- Proposição 56/63 do Superintendente ao Conselho Deliberativo da SUDENE (empréstimo USAID – SUDENE/CONEFOR), de 09/10/1963
- Resolução nº 54 da SUDENE (Plano de adiantamento para prosseguimento de obras de absoluta urgência no setor de energia elétrica), de 16/09/1961;
- Resolução nº 400 da SUDENE (CONEFOR), de 10/05/1962;
- Resolução nº 452-A da SUDENE (CONEFOR), de 10/05/1962;
- Resolução nº 823 da SUDENE (empréstimo USAID – SUDENE/CONEFOR), de 09/10/1963;

▪ **Legislação:**

BRASIL. **Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959.** Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste dá outras providências. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm> Acessado em: 26 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945.** Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del8031.htm#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico> Acessado em: 26 nov. 2020.

▪ **Depoimentos:**

BARROSO, Parsifal. Entrevista concedida à profa. Luciana Silveira de Aragão para o Programa de História Oral. Convênio da Universidade Federal do Ceará com o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em dia 17 de junho de 1976. In: Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 25/08/2015. Disponível em: < <http://www.nehscfortaleza.com/index.php/mem%C3%B3ria-das-secas/item/299-entrevista-com-deputado-federal-parsifal-barroso.html>> Acessado em: 20 dez. 2020.



TÁVORA, Virgílio. Entrevista concedida à profa. Luciana Silveira de Aragão para o Programa de História Oral. Convênio da Universidade Federal do Ceará com o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em dia 14 de Julho de 1976. In: Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 06/03/2015. Disponível em: < <http://www.nehscfortaleza.com/index.php/mem%C3%B3ria-das-secas/item/217-entrevista-com-o-senador-virg%C3%ADlio-t%C3%A1vora.html>> Acessado em: 20 dez. 2020.

▪ **Outros:**

UNITED STATES OF AMERICA. **Congressional Record**. Proceedings and debates of the 90th Congress Session, volume 113 - parte 13. Washington: United States Government Printing Office, 1967. Disponível em: < <https://play.google.com/books/reader?id=acJdKhQrLRMC&hl=pt&pg=GBS.PA16557>> Acessado em: 23 out. 2020.

AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Operations Report. Washington: Agency for International Development FY, 1968. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=SW17hQs28UYC&pg=RA1-PA56&lpg=RA1PA56&dq=%22Fortaleza+Emergency+Power%22&source=bl&ots=prV_hfi16W&sig=ACfU3U3QE4QzNbTqCpji3AhXyZmosGHZGA&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwi6w5GdtMPsAhVIHrkGHWDUCLUQ6AEwBHoECAUQA#v=onepage&q=%22Fortaleza%20Emergency%20Power%22&f=false>. Acessado em: 30 out. 2020.

Bibliografia:

ARAÚJO, Pedro Gomes Maranhão. Energia elétrica no Nordeste Brasileiro: das primeiras termelétricas às usinas fotovoltaicas e eólicas. *Procondel/Sudene*, 2016. Disponível em: < <http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/Artigo%20-%20Energia%20el%C3%A9trica%20no%20Nordeste%20Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2020.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. **A energia elétrica no Brasil**. Da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRANCO, Catullo Flaquer. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

CASTRO, Nivalde José. **O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública, 1945-1961**. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1985.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Chesf 50 anos**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1998.

COMISSÃO MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CAMÊRA (org.). **Relatório Final** (volume II). Recife: Governo de Pernambuco, 2017. Disponível em: < https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/2/b/f/2bf96a14df6a292b4f5c21d189b33b37448ec3393212f7e7279df72a4a12c717/0a2a43a5-2ae1-48fd-9a33-d8971f412949-Relatorio_final_vol_1_Web.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

D'AGUIAR, Rosa Freire. "Celso Furtado e a Aliança para o Progresso". In: CENTRO CELSO FURTADO. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, p. 223-230, jul.-dez. 2019.



FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro, FGV, 2001. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acessado em: 07 dez. 2020.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GUIDO, Cristina. **Celso Monteiro Furtado**. FGV-CPDOC. Verbete-biográfico, 2009. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acessado em: 07 dez. 2020.

LEITE, Ary Bezerra. **História da energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LIMA, Átila de Menezes. **A particularidade de um projeto modernizador: Virgílio Távora e o processo de eletrificação do estado do Ceará de 1950 a 1980**. Tese de Doutorado (em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2015.

LORENZO, Helena Carvalho de. “O setor elétrico brasileiro: passado e futuro”. *Perspectivas*, São Paulo, 24-25, 2001-2002, pp. 147-170.

LOUREIRO, Felipe P. “O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963)”. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 4 (133), pp. 671-691, outubro-dezembro/2013.

NOBRE, Leila. “De Serviluz a Coelce – A Companhia Energética do Ceará”. *Fortaleza Nobre*, 2012. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2012/05/chegada-da-energia-em-fortaleza.html>>. Acessado em: 26 nov. 2020.

PINTO, Gustavo L.H. “Celso Furtado, 100 anos: A Operação Nordeste”. *Boletim Fipe*, n. 476, p. 76-82.

PINTO, Gustavo L.H. “Celso Furtado, 100 anos: Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”. *Boletim Fipe*, n. 478, p. 55-62.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SAES, Alexandre Macchione; SASSE, Carla Muller. “A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)”. *Anuário CEEED*. Buenos Aires, v. 4, n. 4, p. 111-148, 2012.

SAES, Alexandre Macchione; LOUREIRO, Felipe Pereira. **From foreign to state investment in the brazilian electric power sector: the expropriation of the American Foreign and Power in Brazil (1959-1965)**. Department of Economics – FEA/USP/ Working Paper Series. São Paulo, n. 2012-08, 2012.

SILVA, Marcelo Squinca da. **Energia elétrica: estatização e desenvolvimento, 1956-1967**. São Paulo: Alameda, 2011.

TRIBUNA DO NORTE. “50 anos do Governo da Esperança: A energia de Paulo Afonso é nossa...”. *Tribuna do Norte*, 30 jan. 2011. Disponível em: <www.tribunadonorte.com.br/noticia/50-anos-do-governo-da-esperanca-a-energia-de-paulo-afonso-e-nossa/171454?utm_campaign=shareaholic-inpag...>. Acessado em 23 out. 2020.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado – A construção do Nordeste**. FGV-EAESP/GVPesquisa. Relatório nº 24, 2004. Disponível em: <www.pesquisa-eaesp.fgv.br>. Acessado em: 06 dez. 2020.